

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**MENSAGEM Nº 421, DE 2001.**

*Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976.*

***Autor:*** Poder Executivo.

***Relator:*** Deputado Heleno Silva.

**I – RELATÓRIO:**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 421, de 2001, acompanhada de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976.

A finalidade da Convenção em epígrafe é instituir um sistema de registro dos objetos espaciais lançados pelos Estados signatários na órbita da Terra. Segundo tal sistema, os Estados lançadores comprometem-se a fornecer, no mais breve espaço de tempo possível, ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, determinadas informações a respeito do objeto lançado, nomeadamente: a designação apropriada do objeto espacial ou seu número de registro, a data e o território ou local de lançamento, os parâmetros orbitais básicos, incluindo o período nodal, a inclinação, o apogeu e o perigeu, a função do objeto espacial e o nome do Estado ou os Estados lançadores.

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

### **II – VOTO DO RELATOR:**

Firmada em 12 de novembro de 1974, a Convenção das Nações Unidas relativa ao registro de objetos lançados no espaço cósmico encontra-se em vigor desde 15 de setembro de 1976, há 26 anos, portanto. Sua celebração foi concebida a partir da necessidade que se impôs, à época, como decorrência do crescente número de lançamentos de objetos espaciais, satélites artificiais, com as mais variadas finalidades, destinados a permanecer na órbita terrestre, bem como devido ao aumento do número de nações capacitadas a efetuar esses lançamentos. A comunidade internacional logo percebeu a necessidade de gerenciamento sobre o lançamento e a operação desses objetos, contemplando aspectos como suas finalidades, a determinação das órbitas, as possibilidades de acidentes, o risco do uso de satélites para fins bélicos e de espionagem, a interrupção do funcionamento, quebra ou o término da vida útil do satélite e a formação do lixo espacial, entre outras questões correlatas.

Com fundamento nas necessidades dessa nova era a ONU, por meio da sua Assembléia Geral, ao cabo de longos debates, concluiu pela celebração de um conjunto de instrumentos internacionais destinados a disciplinar as questões relacionadas aos objetos colocados na órbita da Terra. Assim, conforme referido na *exposição de motivos* do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, existem cinco tratados multilaterais, negociados no âmbito do Comitê das Nações Unidas para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (COPUOS), regulando a exploração do espaço cósmico. São eles: **a)** o “Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes”, de 1967; **b)** o “Acordo sobre Salvamento de Astronautas e Restituição de Astronautas e de Objetos Lançados ao Espaço Cósmico”, de 1968; **c)** a “Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais”, de 1972; **d)** a “Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

Cósmico, de 1975, e; e) o “Acordo que Regula as Atividades dos Estados na Lua e em Outros Corpos Celestes”, de 1979.

O Brasil é signatário de três desses instrumentos, isto é, o “Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e Demais Corpos Celestes” (alínea “a” supra), o ‘Acordo de Salvamento de Astronautas’ (alínea “b” supra) e a “Convenção de Responsabilidade” (alínea “c” supra).

O instrumento internacional que ora consideramos, a Convenção de Registro (CR) não conta com a adesão do Brasil. Ela estabelece um sistema pelo qual os Estados alimentam um banco de dados de acesso pleno e livre, com informações sobre objetos por eles lançados ao espaço exterior, o que contribui decisivamente para a manutenção da segurança global, ao permitir que toda a comunidade internacional conheça as características e finalidades dos artefatos lançados ao cosmo, monitorando, assim, o cumprimento dos atos internacionais multilaterais que reservam o espaço exterior para os usos exclusivamente pacíficos.

As Nações Unidas vêm buscando a cooperação dos seus Estados Membros no sentido de ampliar as adesões aos diplomas relativos ao uso do Espaço Cósmico. Nesse contexto, a Assembléia Geral da ONU aprovou, em 06/11/00, a Resolução 55/122, por meio da qual conclama os Estados que ainda não tenham aderido a qualquer dos “cinco tratados” a fazê-lo.

Quanto à Convenção de Registro, o quadro de adesões conta atualmente com quarenta e quatro países, dentre eles nações que contam com programas espaciais consistentes (EUA, Alemanha, Rússia, França, Japão, Canadá, China e Índia), além de alguns dos países de maior expressão na América, como a Argentina, o Chile e o México, figurando o Brasil, portanto, como exceção, no que tange à adesão àquela Convenção.

## **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

De outra parte, a eventual decisão do Brasil de aderir à CR seria resultado de exercício de reflexão ambientado em cenário político internacional favorável, onde não mais existe a confrontação entre as duas potências espaciais. Esse exercício contou com a colaboração de setores da sociedade civil - representados pela Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA) - e de outras entidades da administração pública, notadamente a Agência Especial Brasileira (AEB), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A adesão do Brasil à CR foi, igualmente, objeto de consenso em reunião do Conselho Superior da AEB, órgão máximo deliberativo daquela Agência, no qual têm assento a indústria aeroespacial brasileira e a maior parte dos Ministérios. Ademais, o Brasil já vem cumprindo muitos dos preceitos constantes da referida Convenção, por meio do registro de satélites recentemente lançados ao espaço exterior.

Ainda, no dizer do Senhor Ministro, a adesão do Brasil constituiria uma reafirmação do nosso compromisso indelével com a vinculação da exploração do cosmo à vigente moldura jurídica internacional reguladora dos usos - pacíficos - do espaço exterior.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976, nos termos do projeto de decreto legislativo que anexo apresentamos.

Sala da Comissão, em        de        de 2003.

**Deputado Heleno Silva**  
**Relator**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2003.**

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

*Aprova o texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976.*

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Fica aprovado o texto da Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

**Art. 2º** Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2003.

**Deputado Heleno Silva**  
**Relator**

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**